



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2 – ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATA**



ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 23/2/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – André Quintão – Antonio Lerin – Doutor Jean Freire – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Neilando Pimenta – Nozinho – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de quinta-feira, dia 2 de março, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição).

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 2/3/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto aos comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando-se o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento o pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso da votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015, sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato, sobre as unidades que ficarão sem servidores e sobre a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas no que concerne ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 40/2016, do nome do Senhor Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Durval Ângelo, Inácio Franco e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2017, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2017.

Dilzon Melo, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Gustavo Valadares, Tadeu Martins Leite e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2017, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2017.

Hely Tarquínio, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Antonio Carlos Arantes, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2017, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2017.

Hely Tarquínio, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Hely Tarquínio, Durval Ângelo, Fábio Cherem, Sargento Rodrigues e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2017, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2017.

Hely Tarquínio, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Antonio Carlos Arantes, Fábio Cherem, João Vítor Xavier e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2017, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2017.

Durval Ângelo, presidente *ad hoc*.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 23/2/2017, a seguinte comunicação:

Do deputado Antonio Lerin em que notifica o falecimento da Sra. Yvonne Sallum Machado, ocorrido em 22/2/2017. (– Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 24/2/2017, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 666/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 671/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 710/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 749/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 918/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.426/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.473/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Fiscalização Financeira. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.491/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.562/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.677/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.013/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)



Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei Projeto de Lei nº 2.336/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.424/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.446/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.522/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.636/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei Projeto de Lei nº 3.645/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei Projeto de Lei nº 3.675/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.712/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.729/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.785/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.787/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Virgínia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei Projeto de Lei nº 3.834/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 21/2/2017**

O deputado Emidinho Madeira – Boa tarde, Dalmo, nosso amigo, companheiro; boa tarde, demais parceiros presentes.

Na semana passada, quando subi a esta tribuna, questionei a importação do café, pedi um posicionamento do governo e até o apoio de todos os colegas. Hoje o Brasil inteiro está muito revoltado com a importação de café. Vamos gerar emprego lá fora, no Vietnã, pois querem importar 1 milhão de sacas desse produto. Nunca na história importamos café. Por que faremos isso agora?

Então, gostaria de pedir a atenção de todos os colegas, de todos os parceiros, pois a importação de café, principalmente para Minas Gerais, não poderia acontecer jamais. O governo, a Secretaria de Agricultura, a Assembleia Legislativa não podem deixar que isso ocorra.

Contamos aqui com a presença do deputado Fábio Cherem, da região de Lavras, da terra do café. V. Exa., por certo, está por dentro da importação de 1 milhão de sacas de café. O País está com 15 milhões de desempregados, no entanto o ministro está autorizando essa importação. Hoje é o conilon, prejudicando mais os Estados do Espírito Santo e de Rondônia. E amanhã, quando quiserem importar também o café arábica, como ocorreu com o leite há alguns anos, prejudicando os nossos pecuaristas? Há todo um investimento para se produzir o leite, no entanto o Brasil importou esse produto. Temos agora essa graça de importar café.

Na minha região, Sul e Sudoeste de Minas, quando o café vai bem, tudo vai bem. Há cidades do Norte de Minas em que não há um pé de café, mas, durante a safra, vão 3 mil, 4 mil apanhadores para cada cidade do Sul de Minas, ficando lá três, quatro meses. Ao término, fazem compras para passar o ano. Chegam ao Norte, à Bahia, ao Maranhão, reformam a casa, compram móveis.

Hoje não vejo tanto interesse, não vejo um posicionamento do governo de pegar nas nossas mãos e ir junto conosco a Brasília. Não podemos deixar essa importação acontecer. Está havendo manifestação hoje no País inteiro contra essa importação.

A Conab é um órgão importante do governo, mas muitas vezes nos prejudicou e nos prejudica, principalmente quando solta um resultado longe da realidade. Ela, agora, faz uma pesquisa e diz que não há café conilon. Assim, acredito que é uma covardia muito grande. Daqui a alguns dias podem começar a importar café arábica. Como ficará o nosso Estado já que o café foi a sua alavanca, bem como a alavanca dos municípios e do nosso país?

Gostaria de falar também sobre o Hospital Regional do Câncer e a Santa Casa de Passos. Dispomos, na nossa região, de um tratamento de câncer de qualidade. Antes as pessoas se tratavam em Barretos, em Campinas, mas hoje se tratam naquela cidade. Há 11 anos reunimos os cafeicultores, os produtores rurais, e construímos e equipamos o hospital.

Os produtores rurais, os pecuaristas e os cafeicultores todo ano levantam, através de campanha, R\$5.000.000,00 para esse hospital. No último domingo fizemos o encontro das comissões dos 34 municípios. Todos prestaram conta dos R\$5.323.000.000,00 que arrecadaram neste ano para custeio desse hospital, que oferece 400 atendimentos por dia. Sabe quem está pedindo vaga e querendo internação em Passos, no Sul de Minas? Os pacientes lá de Brasília. Há hospital em Brasília com paciente há quase um ano na fila que não consegue fazer radioterapia. No Sul de Minas não há fila. Quando se chega com o diagnóstico na Santa Casa ou no Hospital do Câncer em Passos, o tratamento começa na mesma semana.

Bem, 74% de toda a arrecadação vem do homem do campo, do cafeicultor, do pecuarista. O Brasil está querendo importar café, prejudicando o produtor rural, o trabalhador rural, essa classe que tanto tem contribuído com o nosso país. Quero parabenizar o Dr. Vivaldo Soares Neto, provedor da Santa Casa. Já passaram 29 provedores em 150 anos de Santa Casa. Ele é o único que completa 25 anos à frente dessa instituição, que hoje tem quase 2 mil funcionários e atende mais de cem cidades da nossa região. Queria

parabenizar o Dr. Vivaldo e, pela seriedade, competência e firmeza, o diretor administrativo Daniel Porto Soares, que há muitos anos vem lutando.

Há 11 anos, quando entramos nessa campanha, a luta do Daniel e da irmandade para completar esse serviço já existia. Desde que os produtores rurais entraram nessa campanha, há 11 anos, nunca mais houve dificuldade. Quero parabenizar a comissão regional, o Dr. Paulo Franco, o Geraldo Magela, o Celso, a Maria Antônia, todos daquela comissão que há 11 anos saíram juntos e formaram uma comissão com 34 cidades.

Nesses dois anos de mandato como deputado tenho lutado. Hoje a Santa Casa tem mais de R\$10.000.000,00 para receber do Estado, e não é deste governo – há recurso até de 2011 para receber. O hospital está fazendo financiamento. Entre governo e municípios da nossa região, hoje o hospital tem R\$26.000.000,00 para receber. E, se não fossem as campanhas, o produtor rural, o homem do campo, não sei o que seria da Santa Casa, que tem 21 especialidades de plantão na nossa região.

Nesses dois anos visitei a Secretaria de Saúde do Estado com a diretoria desse hospital para resolver algumas pendências. Na última semana tive uma posição do governo de que deve pagar R\$2.500.000,00 à Santa Casa de Passos. Fico contente, satisfeito porque isso deve dar uma aliviada, mas queria pedir a este governo que dê atenção à Santa Casa de Passos. A emenda de deputado é muito pouco. No ano passado, pude colocar R\$50.000,00 para cada santa casa, o que é pouco. Ajudamos 30 santas casas da nossa região. Tudo em uma cidade é importante. O banco é importante. A prefeitura é importante. O correio é importante. A produção rural é importante. Tudo é importante. Se você não vai ao banco hoje, pode ir amanhã. Se você não vai à missa, ao culto hoje, vai amanhã. Você pode orar, pode rezar na sua casa. Mas e se você sentir uma cólica ou se houver um acidente? Acordaremos dentro de um hospital, que tem de estar bom toda hora, todo dia. Não sabemos a hora em que vamos precisar. Posso estar aqui falando nesta tribuna e algum parente meu precisando do hospital lá na nossa região. O governo tem de dar uma atenção especial à Santa Casa.

Tenho lutado e muito nesses dois anos. Faço campanha toda semana. É evento e mais evento para acudir a saúde da região. Na semana passada, fizemos na minha cidade um almoço para pagar uma cirurgia de coluna de R\$15.000,00 para um moço que não andava mais. Isso não é obrigação do povo. Um moço de Carmo do Rio Claro ficou paralítico, pai de três filhos e pagando aluguel de casa. Fizemos uma queima de alho no domingo e deu R\$53.000.000,00. Arrumamos uma empreiteira, uma construtora para fazer uma casa para ele que ficará pronta em 90 dias.

É o povo que está fazendo – a gente mobiliza o povo, mas é ele, é o produtor rural que faz. Agora estamos aqui representando o povo. O Hospital Gedor Silveira, de Paraíso, que é de saúde mental, está em dificuldade. Demos nossa contribuição, mas é muito pouco, a gente não dá conta. O Hospital Otto Krakauer, de Passos, está com muita dificuldade, está lutando há 40 anos, tem 6.000m² de construção, de parte física e já mandou 70 funcionários embora. O hospital está fechando, tinha 160 pessoas internadas e hoje tem 22. Se esse hospital fechar, os moradores que estão lá vão para a sarjeta, eles não têm para onde ir. Há pacientes de todas as idades que moram naquele hospital há 24, 36 anos. Não podemos deixar isso acontecer.

Voto com o governo; estando aqui, voto com qualquer governo. Meu interesse é dar condição para governar. Mas temos de cobrar, e tem de ser vista a importância da santa casa e do hospital da nossa região – do Estado inteiro, não só de lá.

Querida pedir a todos os colegas, neste dia, para a gente dar as mãos, quem sabe montar uma bancada para ir a Brasília, para não deixar que se importe café. Nunca se importou um saco de café! Isso vai gerar emprego lá fora e vai trazer praga para o nosso país. Estão isentando de imposto esse café importado. É uma covardia o que está sendo feito com os nossos produtores rurais e com o nosso estado. Falei isso aqui na semana passada, na semana retrasada, no mês todo, mas, às vezes, passou despercebido entre os nossos colegas. Vamos dar as mãos, não vamos deixar isso acontecer.

Quanto à santa casa, peço ajuda a todos os colegas, porque tudo o que a gente fizer para esse hospital e para essas entidades é pouco diante do que eles fazem para a nossa região. Às vezes há uma pessoa que está esperando há um, dois anos para colocar uma prótese e que tem um desgaste de osso. Ela adquiriu isso trabalhando, às vezes, como pedreiro, como servente, como doméstica,

ajudando este estado a crescer, ajudando nossos municípios, ajudando este país. Hoje ela precisa colocar uma prótese e não tem dignidade sequer de andar. Quantas pessoas estão na fila! É uma vesícula, uma cirurgia com o otorrino, uma catarata. Isso não pode acontecer. Vamos dar as mãos, vamos somar nossas forças para dar mais dignidade para quem nos colocou aqui. Quem tem plano de saúde é uma coisa, mas e quem não tem para pagar uma consulta, para fazer uma ressonância? Quando consegue fazer, já passou da hora. Vamos pensar naquela pessoa que mora na última casa do bairro. Eles ajudaram a colocar a gente aqui. A gente tem de se posicionar, de unir forças, de sentar com o governo e olhar para esse povo.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) – Querida, deputado Emidinho Madeira, cumprimentar V. Exa. pelo debate estabelecido na tarde de hoje. É muito produtiva e muito oportuna a fala de V. Exa. Em Campo Belo, a Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo, se não fosse nossa emenda destinada ao fundo de saúde e repassada a ela, no final do ano passado, não teria pago os salários do mês de dezembro e o 13º salário dos funcionários e a entidade não teria fechado o ano com a facilidade com que fechou. O nosso recurso chegou no momento em que ela mais precisava.

Quando V. Exa. traz esse assunto, lembra-nos de que é preciso realmente ter um olhar muito especial para a santa casa. Todas as santas casas precisam de um apoio maior dos governos. A rentabilidade do que o SUS paga e o que ela faz para os carentes do município nunca fecha a conta, está sempre precisando de recurso. Quero somar com V. Exa. nessa posição, marcar presença nesse debate, por ele ser oportuno. Parabêniso V. Exa. por trazer essa fala, neste momento, à Assembleia de Minas.

V. Exa. fala da abertura da importação do café. É outro crime que se comete e que não pode passar impune. O governo não pode deixar que se importe café sendo que nosso país é um dos maiores produtores do mundo. Isso vai atrapalhar aqueles que já vivem com dificuldade, que são os cafeicultores.

Portanto, quero somar a V. Exa. nesses dois temas, que propiciam, nesta Casa, a oportunidade de uma reflexão: a santa casa, que realmente precisa do apoio do governo, e a abertura para importar o café, o que representa um prejuízo muito grande para Minas, especialmente para o povo do Sul do Estado.

Muito obrigado e parabéns pela fala de V. Exa.

O deputado Emidinho Madeira – Eu que agradeço, deputado Duarte Bechir. Todos desta Casa precisavam dar uma atenção especial ao setor rural. Se o Neymar, hoje, tomou um copo de leite, um copo de café, comeu uma carne, um arroz, é por causa do trabalho do homem do campo. Assim acontece com o Zezé de Camargo e todos os artistas. O produtor rural coloca o alimento na mesa do mundo e tinha de estar nos primeiros planos de qualquer governo. Mas vejo que, entra governo, sai governo, esse setor nunca é visto como em primeiro plano. Ele precisava estar em primeiro plano porque, na nossa região, quando o produtor rural vai bem, tudo vai bem. Se há uma Apae em dificuldade, é o produtor que a socorre; se o asilo está em dificuldade, é o produtor rural que o socorre, com um leilão de gado.

Para construir um hospital em Passos, há 11 anos, juntamos todos os produtores rurais de 34 cidades – o primeiro evento que fizemos – e arrecadamos R\$21.000,00. Visitamos 34 cidades e fizemos eventos de leilão de gado em cada cidade. Naquela época, levantamos R\$5.820.000,00 e construímos o hospital e arrecadamos R\$5.000.000,00 por ano para o seu custeio. Se não fosse o produtor e o trabalhador rural, não haveria hospital nem dinheiro para custeá-lo.

Então, só tenho a agradecer. Precisamos somar as nossas forças. Todo parceiro desta Casa que precisar de ajuda para defender a sua região e a santa casa pode contar comigo. Muito obrigado pela atenção de todos.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, querido amigo deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputada Rosângela Reis, Srs. Deputados presentes, telespectadores da TV Assembleia, público que acompanha esta reunião plenária da Assembleia Legislativa, é inesgotável a questão de Minas Gerais. Estamos acompanhando perplexos o *road show* do governador Pimentel por Minas Gerais. Nunca antes na história de Minas Gerais vimos um governador ir às regiões entregar viatura policial. Isso era algo imediato. No interior, estavam reclamando que precisavam esperar a agenda do governador para receber as viaturas. Enquanto isso, a polícia ficou

sem viatura. “Quando virão as viaturas? As viaturas todas estão quebradas.” “Só quando o governador puder vir entregá-las.” Isso era uma gestão imediata, elas eram entregues no Estado de Minas Gerais sem a presença do governador do Estado. O comandante da PM, do batalhão da região era quem entregava as viaturas. Isso deve acontecer de imediato, ninguém tem de ficar esperando a agenda do governador para receber viatura.

O governador adora uma viagem, principalmente naquele helicóptero chamado agora Escarpas do Lago, aquele grande helicóptero com que ele desceu em Escarpas para buscar o filho. Ele adora esse helicóptero, então, por isso já foi a Teófilo Otôni e a Lavras. O interessante é que ele tem medo da vaia, então, só podem entrar os lambe-botas. Só os que lambem a bota do governador é que podem entrar. Policiais da reserva não entram, familiares e policiais não participam na entrega de viaturas. Olhem a que ponto chegamos em Minas Gerais: ter de esperar um governador para entregar viaturas nas regiões.

Noutro dia, com muito pesar, o Coronel Piccinini nos mostrou como foram tratados os policiais em Lavras. O governador desceu do seu helicóptero, chamado Escarpas do Lago, em Lavras, e o coronel, os oficiais, os praças da reserva, os familiares, que até precisavam de atendimento de saúde no 8º Batalhão de Lavras, não puderam entrar.

É o *road show* do governador pelo Estado. Nunca antes na história de Minas Gerais um governador foi ao interior para entregar viaturas. A polícia precisa imediatamente da viatura, a qual precisa ser entregue pelo próprio comandante. É urgente, não dá para ficar esperando o helicóptero Escarpas do Lago levantar voo para autorizar a chegada da viatura. Mas o PT vive no Estado das maravilhas, eu queria viver nesse estado do PT. Aonde o governador chega, fala do Estado de Minas Gerais e desdenha dos outros estados: “Em Minas Gerais não existe problema, não temos problemas de segurança, não temos problemas na saúde”. E o que vemos? Está aqui: morte de macacos liga alerta para 4.300.000 habitantes da grande Região Metropolitana de Belo Horizonte, deputado Carlos Pimenta. Estão na lista Esmeraldas, Ibitiré, Jaboticatubas, Santa Luzia e os três maiores municípios– Belo Horizonte, Contagem e Betim. Exames dos animais recolhidos comprovaram a febre amarela como causa da morte.

Mas, para o governador e para o PT, está tudo bem. Não acreditem, não está bem. Vamos aos postos para vacinar. Responsabilidade é isso, espero que os médicos se manifestem aqui. Responsabilidade é isso: “Vamos aos postos, é preciso tomar duas doses da vacina”. Eu já tomei as minhas, mas todos têm de vacinar. E agora, para o governador não tem problema, mas estamos exportando febre amarela, já chegou a outros estados. Mas como não tem problema, como está tudo bem... A coisa é tão grave, deputado Léo Portela, que a última vez que tivemos, no Brasil, febre amarela em centros urbanos foi em 1942. Vejam que escândalo, 1942. O PT conseguiu deixar avançar a febre amarela em Minas Gerais e agora vamos exportando para os outros estados, e não tínhamos isso no Brasil, em centros urbanos, desde 1942. Agora, já temos.

Quero dar os números, porque hoje ouvi um ataque ao deputado Antônio Jorge, que fez uma crítica aqui outro dia. O PT falou aqui que não está havendo problema de febre amarela. Líder Mourão, darei os números. Em Minas Gerais há 1.012 casos, com 78 mortes confirmadas, e 96 mortes sob investigação. É uma tragédia o que está acontecendo. Venho a esta tribuna alertar a população de Minas Gerais. O mais grave é que encontramos no lixo, em Belo Horizonte, caixas e mais caixas de vacinas que não estavam vencidas. Vacinas, inclusive para febre amarela, jogadas no lixo em Belo Horizonte. Isso é um escândalo, as vacinas jogadas no lixo, e estavam dentro da validade.

Onde está a gestão? Tudo isso é problema de gestão. Essa é uma má gestão. É muito triste o que está acontecendo em Minas Gerais. Mas o mais triste é dizer que está tudo bem. Depois, vou falar do que aconteceu nesse final de semana no chamado Grito de Carnaval. Seria uma festa, deputado Leandro Genaro, e as nossas igrejas sofreram. Algumas igrejas foram invadidas pelos chamados foliões, porque estão brincando. Invadiram igrejas no Bairro Vera Cruz. No Bairro Santo Antônio, a Igreja Batista Central, em que havia um casamento, foi invadida. Aqui, no Bairro Gutierrez... Ah, a culpa é da polícia, que foi truculenta. Invadiram igrejas.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Muito obrigado pelo aparte, deputado João Leite. Neste momento, em que V. Exa. discute e expõe tão bem as mazelas que o governo do PT tem deixado em Minas Gerais, também quero levantar uma questão



importante: no dia 21 de fevereiro, comemoramos o Dia do Imigrante Italiano. Esse dia foi instituído por lei criada por um integrante do PRB, como eu: o saudoso presidente José Alencar. Foi ele que, em 2008, criou a Lei nº 11.687, que institui o Dia do Imigrante Italiano no Brasil. Foi importante a escolha do dia 21 de fevereiro porque esse foi o dia da chegada da primeira leva de italianos organizados como imigrantes no Brasil, com a expedição de Pietro Tabacchi, que chegou ao Espírito Santo em 1874.

Quero fazer menção aos nossos conterrâneos da Sicília. Temos em Minas Gerais diversos descendentes de italianos, muitos deles oriundos, como eu, da querida Sicília. Então, quero deixar os meus parabéns a todos nós, que fazemos parte da história deste Estado, a todos os italianos que construíram colônias tão importantes e relevantes para Minas, principalmente no Sul de Minas e na Zona da Mata. Na Fazenda do Rochedo, em Rochedo de Minas, houve uma importante colônia de italianos. No Sul de Minas, deputado Dalmo, onde V. Exa. tem sua base eleitoral, os italianos têm uma tradição importante nas lavouras de café, onde deixaram suas marcas. Também na nossa querida Belo Horizonte, nós, de origem italiana, deixamos o nosso legado na construção da nossa capital, fazendo essa bela pintura, essa bela mistura de Itália e Brasil nas tradições da cultura, da gastronomia e da história da nossa gente. Viva a Itália! Viva o Brasil!

O deputado João Leite – Muito obrigado, deputado Léo Portela. Menciono especialmente a cozinha, o prato italiano, deputado.

Com prazer, ouço o meu líder e nosso professor, deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado João Leite, infeliz do país em que o julgamento dos governadores depende das assembleias legislativas. Quem disse isso foi o ministro Marco Aurélio Mello no julgamento iniciado sobre a necessidade ou não da autorização da Assembleia para o julgamento do governador Fernando Pimentel. Conforme sabe V. Exa., quanto ao mérito, está 3 a 0 pela retirada da competência da Assembleia Legislativa. A presidente, ministra Cármen Lúcia, marcou para o dia 2 de março o complemento desse julgamento e, no plenário do Supremo Tribunal Federal, já reina o clima de que o processo será retirado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

A meu ver, deputado João Leite, e no entendimento dos deputados da Minoria desta Casa, isso é um alívio para a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pois vai evitar que ela protagonize um dos maiores vexames da sua história e uma das maiores aberrações jurídicas, que é negar o direito de se abrir um processo por denúncia contra o governador do Estado. Isso é negar ao povo do Estado de Minas Gerais o direito de saber se o governador é culpado ou inocente e a ele o direito de mostrar ao povo que é inocente e que a denúncia é absurda, que é uma calúnia, uma difamação e tudo mais.

Mas nós, deputados que temos consciência da nossa atribuição na Assembleia, estamos lutando, e muito, para que o julgamento seja feito pelo Judiciário, como deve ser. Se a denúncia é grave, como essa, por corrupção, lavagem de dinheiro, etc., ela precisa ser julgada pelo Judiciário – no caso, o Superior Tribunal de Justiça. Certamente, é isso o que o Supremo Tribunal Federal vai decidir no início de março, para alívio da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O deputado João Leite – Obrigado, deputado Bonifácio Mourão. Lembro que na quinta-feira teremos uma surpresa: o relator do outro processo contra o governador Pimentel, o juiz Wladimir Dias Toffoli, pediu para que a matéria fosse posta em pauta, mas na sexta-feira termina o seu prazo como juiz. Na sexta-feira, ele não será mais juiz, e quer dar o seu parecer na quinta-feira. Vamos acompanhar com atenção.

Ouçó, com muito prazer, a deputada Rosângela Reis, que, imagino, deve estar preocupada com o avanço da febre amarela no Vale do Aço.

A deputada Rosângela Reis (em aparte)* – Deputado João Leite, tenho grande admiração pela sua atuação de mandato neste Parlamento mineiro.

Quanto ao que V. Exa. disse aqui – que várias vacinas com prazo de validade vigente foram encontradas –, isso há muito me preocupa. Preocupa-me por quê? São recursos públicos, é dinheiro público que estamos vendo ser jogado fora.



Eu gostaria também de indagar a V. Exa. se foi feito BO, se foi feita autuação, para que se busquem culpados nessa história: Quem jogou? Onde jogou? É necessário que se busquem, realmente, provas sobre o que aconteceu no Estado. Como V. Exa. disse, realmente, no Leste de Minas, preocupa-nos a proliferação da febre amarela no Vale do Aço e no Vale do Rio Doce, onde houve também um investimento maior por parte do governo de Minas para atender os distritos, a zona rural e, com isso, realizar a vacinação. Então, há um processo de intensificação quanto à vacinação, indo nas moradias, nas casas; um processo de cuidado com essas vidas. Enfim, sabemos que está havendo proliferação da febre amarela. Muito obrigada.

O deputado João Leite – Eu que agradeço.

Informo melhor a V. Exa. quanto à origem das aproximadamente cinquenta caixas de vacinas contra febre amarela apreendidas pela Polícia Militar. Já concluo, Sr. Presidente. A Polícia Militar fez a apreensão, encaminhou, e a Polícia Civil já abriu um competente inquérito para apurar tudo isso.

Eu queria me corrigir, pois o nosso Wladimir Dias Toffoli já não está mais no TRE. Quem relatará, na quinta-feira, será o juiz Virgílio de Almeida Barreto, e nós acompanharemos o processo.

Acompanharemos também, presidente, com muita preocupação, esse carnaval. Trata-se de um carnaval que não respeita igrejas. Na Igreja Batista Central, no Santo Antônio, havia pessoas caídas, pessoas urinando na porta da igreja, enquanto um casamento estava sendo realizado. É inaceitável o desrespeito que está acontecendo em Belo Horizonte. São esperadas 2 milhões de pessoas, que vão invadir as ruas da cidade, mas tem de haver respeito. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, ilustre deputado Dalmo Ribeiro Silva, a seu lado o nosso professor deputado Bonifácio Mourão, eu gostaria de trazer aqui, deputado João Leite, dando sequência à fala de V. Exa., dados com relação à atual gestão, se é que nós podemos chamar de gestão, não é? Acho que a palavra é até muito forte para se referir ao atual governo, porque o que a gente vê é uma série de ações atabalhoadas neste governo.

Ontem, deputado João Leite, conversando com algumas lideranças da própria Polícia Militar, especialmente do Centro Social dos Cabos e Soldados – CSCS –, tomamos conhecimento, Coronel Piccinini, de que em Juiz de Fora não foi diferente.

O governador esteve lá para fazer a entrega de viaturas. Como não pode fazê-la para a população em via pública, porque tem medo de ser vaiado e chamado de corrupto ou algo semelhante, fez a entrega dentro do 2º Batalhão. Na entrega das viaturas, novamente policiais militares da reserva e reformados foram barrados. Essa é a realidade do atual governo. É uma trapalhada atrás da outra. Esse *show* que ele tenta fazer entregando viaturas não condiz com a realidade dos investimentos, especialmente da rubrica “investimento e custeio”, da segurança pública em Minas Gerais, porque está em queda livre. O governador tem cortado recursos de forma a deixar todos nós preocupados. Daqui a pouco não teremos condições de ver os nossos policiais civis e militares, os bombeiros e os profissionais do próprio sistema prisional exercerem as suas funções, que são importantíssimas para que o Estado funcione a contento, por falta de condições de trabalho, por questões logísticas e por falta de ferramenta.

O que me deixa estarecido é que, no ano passado, o governo esteve aqui e fez um teatro, apresentou e enviou a esta Casa um projeto de resolução falando em calamidade financeira. Como sempre, eles fazem teatro. É assim que fazem. Fizeram um teatro e pediram aos deputados da base de governo para votarem a favor da resolução, dizendo que o Estado estava quebrado: calamidade financeira. Mas aí a nossa assessoria do Bloco Verdade e Coerência argumentou que, mesmo com as alegações feitas pelo governo, encaminhar a esta Casa um documento oficial, um projeto de resolução, para ser submetido ao crivo da Assembleia foi um teatro porque não existe a figura jurídica de calamidade financeira, Prof. Bonifácio Mourão, como V. Exa. disse aqui, assim como o ilustre deputado Dalmo, que também é advogado. Dissemos isso aqui. É mais um teatro que foi feito.

Aí, Prof. Mourão, deparamos aqui com a informação de que não há dinheiro para pagamento em dia dos salários de 157 mil servidores. Não pagam diária, ajuda de custo, zeraram os recursos do Promorar militar, que, no governo passado, atendeu 6 mil



policiais e bombeiros militares. Na realidade, acabaram com o Promorar. Além disso, não pagam prêmio de produtividade aos servidores públicos do Estado, Bonifácio Mourão. Isso acabou também.

Mas, conforme o levantamento da nossa competente assessoria, mesmo diante desse cenário negativo, deputado João Leite, o governo petista concedeu aumentos e promoções e publicou, somente em janeiro, 1.867 nomeações de cargos comissionados. A companheirada do PT está toda tranquila. Está tudo dominado. A Cemig não sabe onde coloca mais. Conhecemos os servidores de carreira da Cemig, gerentes, superintendentes, Prof. Mourão. Eles falam que há uma sala lá que não cabe mais tanta gente. “Qual é o seu salário? Ah, não. Você vai ganhar R\$10.000,00. Por quê? Porque são 10 anos levantando a bandeira do PT. E você? R\$20.000,00. Então, são 20 anos levantando a bandeira do PT.” É assim que são escolhidos. É gente que não tem currículo, não tem preparo nem formação. Não há critério para abrigar a companheirada. Além da companheirada de Minas Gerais, deputado João Leite, tem a de outros Estados.

Cidadão que está nos assistindo neste momento pela TV Assembleia, o governo do Estado disse que não tem dinheiro para pagar os servidores da segurança pública em dia. Viu, deputado Doutor Wilson. No entanto, nomeou 1.867 cargos comissionados agora, em janeiro, antes de dizer que estaria enquadrado na Lei de Responsabilidade Fiscal. É muito teatro, muita mentira e muita desfaçatez desse governo.

Não tem dinheiro para as questões urgentes, necessárias para fazer a máquina pública funcionar, mas tem dinheiro para nomear 1.867 cargos comissionados. É simplesmente zombar da opinião pública e dizer ao cidadão: “Eles estão aí, mas vocês não acompanham nada mesmo. Então, vamos fazer aqui do nosso jeito”.

Ora, deputado João Leite, não tem dinheiro, mas R\$100.000.000,00 foram aprovados pela base do governo. Não vou pedir à assessoria do meu gabinete lá do bloco que prepare a lista dos deputados da base do governo que aprovou o orçamento para dar publicidade ao cidadão no valor de R\$100.000.000,00 para propaganda oficial em 2017. Para quê? É a forma de controlar os veículos de comunicação, e uma forma sorrateira, maquiavélica.

Toda hora, deputado João Leite e deputado Gustavo Valadares, deparamo-nos com propagandas nas rádios FM e AM falando mil maravilhas do governo. É a verba da publicidade. Mas a prática é outra, e bem diferente! Saiba a senhora que está nos acompanhando pela TV Assembleia que a base do governo do governador Fernando Pimentel, do PT, no finalzinho do ano passado, em dezembro, aprovou R\$100.000.000,00 para propaganda oficial. Aí, deputado Doutor Wilson Batista, muitas vezes, naquelas cidades minúsculas onde o senhor é majoritário, não há viatura ou a viatura está quebrada, falta gasolina, falta óleo, falta material de limpeza, não tem uma lanterna para o policial, o colete está vencido.

Então, uma das formas de controle é essa. O governo joga muito pesado, viu, deputado João Leite? O governo está pinçando a dedo as promoções de coronéis do Alto-Comando da Polícia Militar: “Esse é aliado, esse promoveremos”. Isso acontece não só na Polícia Militar, mas também na Polícia Civil. Promovem os aliados, perseguem os que não o são e utilizam, inclusive, o serviço de inteligência da própria Polícia Militar para atacar, nas redes sociais, as lideranças que ocupam esta tribuna, as lideranças de classe, aquelas que realmente não são pelegas, aquelas que fazem enfrentamento, aquelas que denunciam o governo. Essas são atacadas pelas mídias sociais. Este é o governo do PT. Treze meses de salários parcelados.

Em um belo dia, nesta mesma tribuna, deputado Cássio Soares e deputado Duarte Bechir, o deputado Rogério Correia estendia os braços e dizia assim: “É terrorismo da oposição! Não vai haver parcelamento, não vai atrasar o 13º salário”. Era 23/6/2015. Em janeiro de 2016, vem o governador com aquela carinha: “É porque vou ter de parcelar, mas é só até o dia 15. Está todo mundo recebendo”. Porém, a terceira parcela não foi paga. Aliás, a terceira parcela do salário dos servidores da segurança pública está sendo paga hoje, dia 21. Treze meses de parcelamento de salários. O 13º salário, deputado João Leite, até hoje ele não terminou de pagar. E aí diziam que era terrorismo da oposição.



Este é o governo petista. Nomeou, segundo o levantamento zeloso e cuidadoso da nossa assessoria, técnicos, 1.867 cargos de recrutamento amplo. É muito dinheiro! E você, que está nos acompanhando pela TV Assembleia, não fique achando que são pessoas qualificadas, renomadas, com currículo bonito. Não são pessoas de notório saber, pois não há esse critério no currículo, competência, experiência. O critério é o seguinte: “É filiado ao PT? Carrega uma estrelinha do PT? Então, nomeamos”.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. está mostrando uma situação incrível, porque são 1.867 admissões. Este governo está querendo fazer a renegociação da dívida, e, para tanto, teria de assumir vários compromissos com o governo federal, mas o governo Pimentel se nega. Não vou discutir o mérito desses compromissos, o que discuto é o seguinte: o governo Pimentel precisa urgentemente fazer a renegociação da dívida pública, porque está pagando uma média de R\$400.000.000,00 mensais e não tem a menor condição para isso. Para fazer essa renegociação, o governo precisa ter capacidade de endividamento. Vai admitindo, deputado João Leite, funcionários a torto e a direito, de forma irresponsável, e já está no limite prudencial da folha de pagamento, infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, como já infringiu em várias outras ações. Como um governo desse vai tentar renegociar a dívida pública, se não tem capacidade de endividamento? Não tem também condições de assinar documento algum assumindo pagar novas prestações com mais prazo. Não tem capacidade de endividamento, não pode assumir novos compromissos, com certeza.

Então é um governo que não se prepara, é um governo que não tem responsabilidade bastante para refletir na hora dessas admissões, na prestação de favores. Na hora de receber os afilhados, os apaniguados, devia pensar que vai comprometer a capacidade de endividamento.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço a V. Exa., deputado Bonifácio Mourão. Obviamente é estarrecedor o quadro, a diferença da capacidade de governança do governo anterior para o atual. É muita lambança, deputado Doutor Wilson Batista. É de nos deixar boquiabertos. É estarrecedor.

Os deputados que compõem a base, principalmente do PT, vêm para cá e vendem um mundo de flores, um estado de Alice, como se estivesse tudo bonito e, a todo momento, continuam, deputado João Leite, naquela mesma ladainha de repetir a mentira mil vezes até que ela vire verdade. É impressionante a desfaçatez.

V. Exa. anunciou que no dia 23 haverá o julgamento no TRE, onde o governador já andou perdendo todas as suas ações. Empurrou com a barriga o tempo todo, andou perdendo. No dia 2 de março, quinta-feira da semana que vem, o Supremo Tribunal Federal vai dizer: “Não venha com essa conversa fiada de que é a Assembleia que tem de dar autorização, porque não é”. Estou falando aqui, deputado Doutor Wilson Batista, e semana que vem vou lembrar V. Exa.: no mínimo sete votos a favor da decisão de que a Assembleia não é competente, e o STJ vai processar sem passar pela autorização da Assembleia. No mínimo sete votos, e depois vamos conferir se eu estava equivocado. Aí, deputado Doutor Wilson Batista, deputado João Leite, vai ficar muita gente viúva neste estado, porque o STF vai falar assim: “Estou entregando, STJ, o processo em suas mãos”. E o ministro Herman Benjamin está esperando o Fernando Pimentel de braços abertos. O ministro Herman Benjamin está esperando o Fernando Pimentel, do PT, de braços abertos. Acabou, governador Fernando Pimentel, o senhor não pode postergar mais. Agora é com o relator.

Não haverá afastamento imediato do governador, disso já estamos cientes. Mas, com certeza, haverá celeridade e condenação, porque o governador está denunciado, na primeira denúncia, por organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção passiva, os mesmos crimes pelos quais o Eike Batista está preso preventivamente. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Jorge* – Obrigado, presidente. Deputado João Leite, caríssimos pares, público que nos acompanha e trabalhadores da Funed, aos quais me dirijo neste momento, na semana passada eu me dirigi a todos para dizer do descalabro na saúde, da falta de governo, da falta de direção clara na área da saúde.



O ex-governador Anastasia, com a sua sabedoria, sempre dizia: “Nenhum governo faz tudo numa única gestão”. É uma verdade. Temos de ter serenidade para o acúmulo republicano. Uns governos acertam mais; outros, menos, mas todos têm obrigação de entregar o estado melhor do que receberam, porque para isso foram eleitos, para isso a população de Minas elegeu o atual governo, acreditando na perspectiva de ir adiante. E àqueles que vencidos na urna foram cabe a humildade e o papel para o qual a sociedade os escolheu: fiscalizar o atual governo. Não é uma conta de ganhadores e perdedores, é uma conta da democracia, que sempre fecha. Elegemos quem vai governar, que tem obrigação de ir adiante e, automaticamente, aqueles que foram derrotados, que cumpram seu papel, de forma sempre contributiva, com a sociedade, exercendo a oposição.

Fizemos aqui a cobrança, mas uma cobrança em cima de fatos, deputado Mourão. Há 11 meses a Funed não tem presidente. A Funed, que foi tão criticada, em que foram abertos muitos processos disciplinares, olhando muito para trás, parou de produzir até o soro, está produzindo talidomida. Tudo foi paralisado na Funed. E o mais grave: uma profissional médica, a respeito de quem quero ressaltar que não me cabe nenhum reparo de ordem pessoal, a Dra. Cármen Lúcia – não a conheço, não tenho nenhuma notícia que a desabone, mas quero me ater à questão da qualificação –, que nunca transitou pelo ambiente da indústria farmacêutica, recebe a vice-presidência, porque é uma militante do PT – composição partidária, cargo de confiança. Cargo de confiança é para ser de confiança, não é preciso ter qualificação. Infelizmente, é isso que vige na cabeça dos mandatários do PT. A nossa resposta, que solicitamos a esta Casa ou à presidente fática – é interina, mas está há quase um ano governando a instituição –, é que ou ela venha aqui para ser sabatinada, isso é uma prerrogativa desta Casa, deputado Carlos Pimenta, ou que o governador nomeie um presidente. Inclusive, nomeou, deputado Dalmo, mas nomeou uma pessoa que estava exatamente sendo inquirida por desvio de medicamentos, o ex-prefeito de Luminárias, que ficou dois dias e já foi tirado do cargo. Não há presidente.

A resposta para o debate técnico e para os dados fáticos da falta de direção da Funed, a incompletude de projetos estratégicos, tudo tem de ser criticado pelos seus defeitos, mas tem de ser perseguido como norte estratégico. Consta, hoje, em *O Tempo*: votaram para a Dra. Cármen Lúcia desse uma resposta. Queria me solidarizar com a Dra. Cármen Lúcia, porque ela ficou exposta ao ridículo com essa entrevista. A Dra. Cármen Lúcia diz mais ou menos o seguinte, de cima a baixo: “Olha, tenho dificuldade de dar esses números, vou ter de confirmar. Não sou farmacêutica, sou médica, então vou ter dificuldade de falar, do ponto de vista técnico, o que pode ser diferente. Não sei dizer se vai ficar mais caro ou quanto vai custar. Não sei dizer quando vai ter ou se vai ter a próxima fase.” Meu Deus do céu! Precisavam, além de expor a sociedade a esse escândalo da interrupção de um projeto grandioso e estratégico, expor a profissional dessa forma? Quero insistir, presidente Dalmo, está nessa Mesa um requerimento de nossa autoria. De duas, uma: ou o governador Pimentel nomeia um presidente para essa instituição centenária ou essa doutora vem a esta Casa para ser confrontada, para se analisar se ela tem capacidade técnica para estar à frente dessa grande missão para a sociedade mineira. Não dá para continuar brincando de gestão com os equipamentos da saúde. Perseguições, processos disciplinares, estão desmontando... Demitiram o núcleo de pesquisa, tiveram de readmitir. É uma lambança total.

Nas entrelinhas desse monte de descabros, das informações, da resposta... Sinto-me até importante, o governo passa um recibo, não é?

Faço uma crítica aqui. Uma matéria de duas páginas diz: “A entrevista foi dada uma semana antes”. É um trem patético. Mas o que importa dizer, por ser relevante para a sociedade, é que a Funed está jogando o dinheiro dos mineiros pela janela. Há um projeto inconcluso, com 90% de uma fábrica de biológicos concluída, deputado João Leite.

Quando o governador Aécio começou a transformar Minas, ele tomou uma decisão estratégica, de competência da área da saúde, porém partilhada entre ele e o deputado Pestana, gestor da saúde à época, segundo a qual a Funed deveria parar de produzir *commodities*, como aspirina e baralgin, *commodities* que hoje a indústria farmacêutica produz por preço muito inferior à capacidade da Funed em quantidades muito maiores, e que a Funed produzisse esses medicamentos por meio de um subsídio disfarçado. O Estado colocava dinheiro orçamentário na Funed para que ela produzisse esses medicamentos. Quando houve um corte estratégico,



um estudo do BDMG para dizer que a era da biotecnologia havia chegado, e a Funed teria de ir para uma nova fronteira do medicamento do valor agregado, mais tecnológico, desses medicamentos – aos quais temos dificuldade de acesso no Brasil, porque são moléculas por DNA recombinantes – e deixar as *commodities* para o mercado, houve uma decisão. E a decisão foi a seguinte: “Agora a Funed disputa licitação dos itens da farmácia básica, porque ela vai entrar em outra vertente”. Em 47 medicamentos, sabem de quantos a Funed conseguiu ganhar a licitação? Um, porque não tinha competitividade, e a sociedade financiava a ineficiência. Então começou-se, a partir do estudo do BDMG, um novo corte no caminho da biotecnologia, e se buscou uma parceria com uma fundação do Rio de Janeiro. Eles não conseguem entender a modernidade.

Disse e repito que para o PT o acúmulo republicano dos vários governos é um ativo somente para o proselitismo partidário. Eles não conseguem entender que o que está lá, defeituoso ou não, deve ter continuidade, porque é um ativo a favor da sociedade. Não, paralisaram tudo. Faltavam 10% da obra para que ela fosse concluída. Aí, leio essa bobajada: “A fábrica demorou tanto que agora está obsoleta”. Como é que é? Estou aqui com um contrato deste ano publicado pelo Ministério da Saúde; contrato do Ministério da Saúde em Minas Gerais para produção de vacina contra meningite, com distribuição em todo o Brasil. Nós, da gestão passada, ousamos assumir, inicialmente, nossa postura contrária ao parecer do ministério, segundo o qual era preciso vacinar contra meningite. Lembram-se daquele dilema sobre a vacina? Acabou. A meningite entrou para o calendário vacinal. Foi uma ousadia de Minas. Mais do que ousar colocá-la no calendário, ousamos dizer: vamos produzi-la. E sabem por que ousamos dizer que íamos produzir a vacina contra meningite? Porque houve a decisão estratégica em 2005 de a Funed ter uma fábrica de biológicos, cuja obra está 90% concluída.

Aí, a Novartis, hoje GSK, uma grande empresa internacional, diz: “Vou buscar no Brasil um parceiro para passar a minha tecnologia”. Onde ela veio bater? Em Minas. Sabe por que ela veio bater em Minas, deputado Cristiano? Não é herança maldita, não! Ela veio bater em Minas porque havia um projeto de uma fábrica de biológicos – vou falar de novo – cuja obra está 90% concluída.

Eu queria falar muito desse assunto e vou falar bastante sobre ele em outras oportunidades. Pedi para colocar uma transparência. É possível colocá-la? Atendem-se para a bobagem. A fábrica da Funed custou R\$80.000.000,00 e não levou a nada, está obsoleta. Há poucos meses, o Ministério da Saúde chamou a Funed para produzir mais um medicamento biológico na fábrica inconclusa, o adalimumabe. Sabem o que aconteceu? O Ministério falou: “Funed passe essa transferência de tecnologia, pois os laboratórios internacionais que têm patentes vão ficando com as patentes antigas e passam para o terceiro mundo as patentes ao custo de uma transferência”. Aliás, um grande método do governo do PT foram as PDPs. Os mecanismos de transferência tecnológica foram muito utilizados. Por que isso foi feito para a Funed? Porque aqui há uma fábrica para ser concluída.

Deputado João Leite, sabe o que a Funed fez? Preferiu dizer: “Não, nós não vamos produzir. Nós preferimos fechar a fábrica.” Ela é mais importante para o PT, fechada; ela é um artigo para fazer política. Eles não pensam na sociedade, dispensaram uma transferência de tecnologia que traria milhões de recursos para Minas Gerais, salvaria muitas vidas. Deixam lá na Fiocruz, em outros Estados, que fica mais bem governada.

Deputado Doutor Viana, nosso caríssimo corregedor, parabéns! É um prazer recebê-lo aqui. Que bom que o senhor também está ouvindo esse descalabro.

Temos dados sem o ano de 2017. Essa é a *performance* financeira do contrato com a Novartis. Em seis ou sete anos nós deixamos no caixa único do Estado R\$330.000.000,00. A fábrica custou R\$80.000.000,00, com mais R\$10.000.000,00 será concluída. Só foram quatro fábricas de biológicos, e ela não está conclusa. Por que a Novartis fez isso? Porque houve decisão de ter a fábrica. Sabem o que vai acontecer? O governo dirá que a fábrica não presta. A Novartis vai retirar essa vacina daqui, Minas Gerais vai perder dinheiro.

Sr. Deputados, público que nos acompanha, hoje o Ministério paga a Minas Gerais R\$42,00 por dose da vacina. Mas nós pagamos R\$21,00 à Novartis, também ajudados por questões de cotação do euro. Cada dose de vacina deixa R\$26,00 ou algo



parecido para Minas Gerais, porque estamos numa transferência em curso, envasando – acho que nem é envasando, e, sim, embalando a vacina em Minas Gerais. Até agosto deste ano esse contrato vai deixar mais R\$300.000.000,00 no caixa único do Estado, para criar alguma subsecretaria, nomear apadrinhados ou algo do tipo, infelizmente. É esse o contrato que eles dizem que foi dinheiro desperdiçado, é essa a ação estratégica que eles dizem que está obsoleta. Há três meses o ministério declarou que quer produzir medicamento biológico aqui. E eles estão dizendo que a fábrica está superada.

Dra. Cármen Lúcia, no mínimo, converse com o corpo técnico da Funed, porque há muita gente qualificada ali. Falam bobagens, que as moléculas que incentivaram a transferência tecnológica, eritropoetina e interferon, hoje estão muito baratas e deixaram de fazer sentido. É uma bobagem! Elas continuam sendo utilizadas. Com o passar do tempo, todo medicamento se deprecia. Passaram esses dois medicamentos em cinco anos para pagar essa fábrica.

Deputado Paulo Guedes, o que a Funed está fazendo com a eritropoetina e o interferon não é produzir dois medicamentos, e, sim, deter uma tecnologia de medicamentos por DNA recombinante, por moléculas. Fazer interferon e eritropoetina produz qualquer molécula desses *mabes* caríssimos, que arrasam a nossa economia. É pura ignorância; é uma marcação absurda no retrovisor; é má vontade de usar o ativo em favor de Minas Gerais somente para o proselitismo partidário. Nós vamos tomar medidas em relação à Funed. Subirei toda semana a esta tribuna para cobrar do governador que tenha coragem e nomeie um presidente, ou essa doutora virá aqui para ser sabatinada, porque o nosso patrimônio secular, a Fundação Ezequiel Dias, está à deriva.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Exmo. Sr. Presidente, sairei um pouco da minha fala usual aqui na tribuna, que é o embate que tenho feito com a oposição. Por mais que muitos não queiram que repitamos sobre a herança que o governador Fernando Pimentel herdou do governo anterior, precisamos lembrar isso, senão as pessoas não vão entender o contexto da situação em que o Estado se encontra hoje. Nós conseguimos fazer a leitura correta dos fatos e da verdade da situação em que o governador herdou o governo de Minas, tanto no contexto interno da política que aqui foi implementada, e da gestão, ou da ausência da gestão, porque considero que foi mais ausência de gestão, quanto também do contexto externo, nacional e até mesmo internacional, já que tudo que ocorre no campo econômico mundial afeta o nosso estado. Então, temos de delimitar essas referências, porque, senão, fica parecendo que o mundo foi criado a partir do dia 1º de janeiro de 2015, que Minas Gerais foi descoberta a partir de 1º de janeiro de 2015, sem levar em consideração o que ocorreu nos mandatos anteriores. Repito, porque precisamos dizer e fazer o contraponto.

Já falei dos indicadores da segurança, pois parece-me que havia em torno de 4 mil viaturas paradas nos pátios, por falta de manutenção. O que estamos vendo, nessas últimas semanas, é uma entrega frequente do governador, em várias regiões do Estado, de viaturas para segurança pública e, hoje, também para o Corpo de Bombeiros. Sabemos também do trabalho que eles prestam ao nosso estado. Então, precisamos delimitar esses campos. Temos também de delimitar o déficit que temos de profissionais, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil. Ainda, temos de falar do contexto econômico, do endividamento em que o governador assumiu o Estado.

Da forma como a oposição expõe, parece que tudo ia muito bem, o governo estava às mil maravilhas, tudo perfeito. Se tudo estivesse tão bem, o povo mineiro teria concedido a esse grupo político mais um mandato. O povo mineiro derrotou Aécio Neves para presidente, em Minas Gerais, e deu a vitória para Pimentel, porque entendeu assim. A oposição gosta de falar de imprensa, que o governo Pimentel distribuiu publicidades para imprensa. Olha, vamos olhar o que se gastava no orçamento do Estado com publicidade, não só investimento em recurso, mas pressão política, ameaça, chantagem, pedido de demissão de profissionais que faziam críticas ao governo. Então, não venham falar em imprensa e publicidade! O governo passado era o terror da publicidade. Sabíamos qual era o papel que algumas pessoas desempenhavam no passado para blindar o governo. Há vídeos no YouTube do Jorge Kajuru, repórteres que passaram pela Rede Globo, pelo *Estado de Minas*. São vários que foram perseguidos pelo governo anterior, porque não podiam fazer crítica ao modelo que aqui estava implementado.



Então, o mais querido do Brasil, como alguns gostam de dizer, está morto. Politicamente derreteu. Agora já perde até para Jair Bolsonaro nas pesquisas de corrida presidencial. Há *recall* da última campanha, se diz um grande e brilhante gestor e hoje não passa de 10%. Está perdendo para Jair Bolsonaro e empatado com Marina Silva. Não ganhou nada. Todo ataque, críticas contra o Partido dos Trabalhadores, como se o PT não soubesse fazer gestão, está demonstrado nas pesquisas, não adiantou nada. O presidente Lula lidera em todos os cenários; vence os concorrentes em todos os cenários. Isso é porque o povo já começa a ter saudade. Isso é porque o povo sabe que entrou numa grande furada quando bateu panela para apoiar o golpe. O golpe articulado pelo PSDB. Sabemos disso. Sabemos que o desejo de eles voltarem ao poder tinha de ter alguns instrumentos, que estão sendo utilizados. Como gosta de dizer o deputado Rogério Correia, tucanos e “tucanoides” se uniram para um grande golpe. O povo está arrependido. É claro que haverá aqueles que são orgulhosos e que vão dizer o seguinte: “Está pior do que antes, mas é melhor assim, melhor sem o PT”. Há pessoas que vão dizer isso.

Então, o presidente Lula lidera porque as pessoas têm saudade. Sabem que, quando ele assumiu o primeiro mandato, pegamos o País numa gravíssima crise, dólar disparado, inflação alta, risco Brasil nas alturas. O dólar estava para mais de R\$4,00. Quer dizer, era um cenário de crise também, e demos conta. Fizemos inclusão social, distribuimos renda, cuidamos das pessoas. É por isso que o presidente Lula continua liderando. Mesmo com toda a porrada que alguns veículos da grande imprensa nacional disparam contra ele a todo momento, as pessoas conseguem discernir o que foi o nosso governo.

É engraçado, presidente, pois, quando a presidenta Dilma estava com a aprovação na casa de 10%, ela estava politicamente insustentável, não tinha mais como governar. O próprio Michel Temer, que era vice na época, deu entrevista dizendo isso. Hoje ele se encontra no mesmo patamar de aprovação. É engraçado, pois ninguém diz que o cara está insustentável. Alguns veículos da grande imprensa tentam blindar e construir um cenário que não é real. Eles pegam o País em uma grave recessão que tem como consequência, entre outras coisas, a deflação, e acham que a inflação baixa é mérito de política econômica de governo que não implementou nada até agora, do ponto de vista das medidas impopulares para tirar direito de trabalhador. Essa é a grande realidade.

Falando de Minas, continuo dizendo que o contexto é grave. Não é exclusivo de Minas Gerais. Volto a dizer: olhem para o Espírito Santo, olhem para o Rio Grande do Sul e para o Rio de Janeiro. Por falar em Rio de Janeiro, começaram agora a privatizar suas empresas, adotando pacotes de medidas impopulares de privatização e de retirada de direito de trabalhadores. Em evento recente, o governador Fernando Pimentel disse que, em Minas Gerais, não mexeremos com direito dos servidores, dos trabalhadores. Isso ficou muito claro. Minas Gerais não dará passo atrás em modelos neoliberais para enfrentar essa crise.

Alguns vêm propor, na tribuna, que o governo tem de implementar ajuste fiscal por causa do endividamento e fazer pagamento da dívida em torno de R\$400.000.000,00. Aliás, pelo contrário, eles poderiam pedir ao senador do seu partido ou aos senadores do seu partido que negociassem com o governo federal para que pagasse a Minas Gerais o que é direito do Estado. Quem disse isso foi o Supremo. O Supremo disse que quanto às perdas da Lei Kandir, Minas Gerais teria direito de receber mais de R\$90.000.000.000,00. Por que a bancada de senadores de Minas Gerais, que durante todos esses anos em que estão lá, não fez nenhum anúncio importante em defesa dos interesses de Minas? Por que os senadores não vão lá dizer ao presidente? Não se trata de bondade, trata-se de justiça. Porque, se simplesmente fizer um encontro de contas, Minas deixa de pagar R\$500.000.000,00 por mês da dívida com o governo federal. Isso foi o que disse o Supremo Tribunal Federal. É direito de Minas. E Minas ainda se tornaria credora. O Estado ainda se tornaria credor de R\$17.000.000.000,00 em recursos para fazer investimentos, para voltar a pagar o servidor em dia, para conceder os reajustes que tanto pedem, para fazer mais concursos e para tudo que é necessário, que sabemos que é necessário.

É por isso que tenho de repetir que o governador Fernando Pimentel tem sido um grande gestor. Com pouco recurso, um governo endividado, um cenário de crise e gargalos deixados, ainda sim, Minas se encontra em um estado menos pior, vamos chamar assim, do que alguns estados vizinhos.

Esse é o diálogo que faremos na tribuna sempre lembrando da situação herdada pelo Estado de Minas Gerais. Volto a dizer: o governador faz parcelamento de salário não é porque não gosta do servidor ou porque acordou mal-humorado. Todo mundo sabe, parcelamento é uma medida lamentavelmente necessária, que atinge em torno de 30% dos servidores; os 70% que recebem até R\$3.500,00, recebem em dia. Os servidores que recebem acima dessa faixa recebem parcelado, mas não é de um mês para o outro. Ele consegue honrar seus compromissos ainda dentro do mês. O governador não parcelou 13º salário porque acordou mal-humorado. Ele parcelou por medida de contingência, porque o Estado não tinha capacidade de fazer o pagamento de maneira integral, mas todos servidores terão seu 13º salário liquidado, pago.

É isso que vamos contando um pouco aqui para os companheiros, para as companheiras, para os deputados, para quem nos acompanha. A fala da oposição é de que tudo ia muito bem, e agora tudo vai muito mal. Evidentemente tudo está mais difícil por todo esse contexto. É bom que o cidadão não fique só com a fala do deputado. Agora, mesmo com a blindagem da imprensa – volto a dizer que alguns setores da imprensa tentam dizer que está tudo muito bem, está tudo resolvido –, o cidadão ainda sabe a crise que o País atravessa. Ele vê os noticiários. Ele sabe o que está acontecendo com Minas Gerais. Diferentemente do momento próspero em que o presidente Lula colocou nosso país, de que Minas Gerais se beneficiou como consequência. Minas recebeu recursos vultosos. Como consequência, o presidente Lula tratou Minas de forma republicana, o que não temos inclusive dos senadores de Minas Gerais, que deveriam defender seu Estado independentemente de o governador ser do PT ou não, porque eles foram votados pelo povo de Minas Gerais.

Se não tiveram voto do governador Pimentel, tiveram voto do povo de Minas Gerais. É para essas pessoas que deveriam dar satisfação.

Encerro esta parte de minha fala fazendo este bom debate com a oposição.

Quero, presidente, num outro sentido, dizer que temos, em Minas Gerais e também no Brasil, uma grande comunidade italiana. Neste 21 de fevereiro se comemora o Dia Nacional do Imigrante Italiano, dia que foi instituído pela Lei Federal nº 11.687, de 2/10/2008 – foi sancionada justamente no dia da República Italiana para ampliar ainda mais o brilhantismo dessa efeméride. Esse projeto de lei foi apresentado pelo então senador Gerson Camata, do Espírito Santo, por ser a terra brasileira que primeiro recebeu a leva pioneira de italianos. Eles imigraram para cá numa viagem no navio Sofia, chegando em 21/2/1874 com 386 famílias, após 48 dias de viagem. Saíram de Gênova e se dirigiram a Santa Cruz, posteriormente formando a colônia atual Nova Trento. A data de 21 de fevereiro celebra a justa homenagem ao imigrante italiano, que, vindo de terras distantes de diversas *regiones*, pois os *oriundi* engajaram-se em nossas lutas e fizeram proliferar seus membros com força e trabalho, fizeram prosperar várias cidades de nosso país com construção de escolas, igrejas, teatros, hospitais, comércios, entre outros benefícios. Integram-se nas famílias brasileiras, cultivando a cultura, os costumes e as tradições da Itália, com sólida formação moral, religiosa, social e profissional, enriquecendo sobremaneira as relações ítalo-brasileiras, pois deram inestimável contribuição ao progresso e ao desenvolvimento da cidade e da região.

Então, a data comemorativa de 21 de fevereiro representa a importância simbólica como resgate histórico do processo de imigração italiana no Brasil, atualmente formando um contingente de mais de trinta milhões de ítalo-brasileiros – nosso país é, no mundo, o que mais tem raízes italianas, cuja integração há de ser mais respeitada e valorizada.

É por isso e em decorrência desta oportunidade que queremos cumprimentar as comunidades ítalo-brasileiras por essa efeméride, enaltecendo a memória de seus ancestrais que iniciaram esse importantíssimo movimento imigratório.

Ainda sobre essa relação Brasil-Itália, sou de São João del-Rei, onde temos o 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, que, assim como outros batalhões do Exército Brasileiro, da Força Expedicionária Brasileira, lutaram em Montese e Castelo, ainda na Segunda Guerra Mundial, para a libertação daquele país. Então, temos essas relações importantes.



O meu segundo pronunciamento trata de um evento importante de que participamos nesse final de semana: a fundação da Cooperativa dos Produtores Assentados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Terra Produtiva –, na sede da Arca, em Betim, que teve a presença de vários produtores e agricultores rurais. A criação dessa cooperativa fortalece a agricultura familiar no cinturão metropolitano e permite que os produtores tenham mais uma ferramenta, um instrumento para comercializar seus produtos e tenham acesso aos programas e investimentos e também às políticas públicas – ajudam na construção das políticas públicas para fazer com que o segmento seja fortalecido. Com a cooperativa entendemos que haverá a busca do desenvolvimento social e econômico, melhorando-se a qualidade de vida, a sustentabilidade na ação dos produtores e o fortalecimento da agricultura no prazer e na felicidade de quem vive nesse assentamento.

Quero cumprimentar a Sra. Valeria, diretora-presidente eleita do Assentamento Pastorinhas, de Brumadinho; o Sr. Ronaldo, diretor financeiro do Assentamento Ho Chi Minh, em Nova União; e a Sra. Norma, diretora secretária-geral do Assentamento Santa Cruz, de Betim. Há ainda mais dois na diretoria executiva: o Márcio, de Pastorinhas, e a Maria do Carmo, do Ho Chi Minh. Os Assentamentos Dois de Julho e Dom Orione estão compondo também o conselho fiscal.

Tivemos oportunidade de participar da criação dessa cooperativa. Tenho certeza de que o Estado estará pronto, por meio de seus programas e políticas, para fortalecer o segmento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 20/2/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 2/3/2017, Claudia Regina Aroeira Gadben, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz;

exonerando, a partir de 18/2/2017, Darklane Rodrigues Dias, padrão VL-37, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado André Quintão;

exonerando, a partir de 1/3/2017, Débora Miquéias Soares, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arlen Santiago;

exonerando, a partir de 2/3/2017, Geovane Silva e Silva, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão;

exonerando, a partir de 2/3/2017, Jair Carneiro Ferraz, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro;

exonerando, a partir de 2/3/2017, Jéssica Letícia de Castro, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz;

exonerando, a partir de 28/2/2017, Juvenil de Lima Ferreira, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda;

exonerando, a partir de 1/3/2017, Maron Aziz Alexandre, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;



exonerando, a partir de 2/3/2017, Thamires Consoli Leite, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

nomeando Luiz Fábio Antonucci Filho, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Djalma Pelegrini, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Edmeusa Maria Prado Barbosa, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão;

nomeando Eudes Henrique Ribeiro da Silva, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz;

nomeando Fabricio Alves Torquette, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro;

nomeando Márcio Magno Passos, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho;

nomeando Nei Ferreira Maia, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Patrik da Silva Martins, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz;

nomeando Paulo César Caetano, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Paulo Sérgio de Souza, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda;

nomeando Sergio Jorge Gomes, padrão VL-32, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

nomeando Sofia Marta Salomão de Alvarenga, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Tarcísio Gorete de Resende Andrade, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Wanessa Cristina Souza, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando Everton Wilen Coelho da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Rádio e Televisão – Gerência de Edição;

dispensando Regina Aparecida Henriques de Moraes da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – Gerência de Relações Públicas;

designando Adriana Cecy Renan para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Rádio e Televisão – Gerência de Edição;

designando Angélica Rodrigues de Paiva para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Projetos Institucionais – Gerência de Operacionalização de Eventos Institucionais;

designando Frederico da Cruz Vieira de Souza para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – Gerência de Relações Públicas;

designando Rodrigo Conde Baêta da Costa para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/2/2017, na pág. 20, onde se lê:

“nomeando Luiza Abdo Souza Ribeiro Pires”, leia-se:

“nomeando Luisa Abdo Souza Ribeiro Pires”.